

QUANDO SILENCIAR E POR QUE TER AMIGOS? UMA ANÁLISE DO TRATADO *DE OFFICIIS* DE AMBRÓSIO DE MILÃO (SÉC. IV D.C.)

Janira Feliciano Pohlmann¹

Resumo

No final do século IV d.C., Ambrósio, bispo de Milão (374-397 d.C.), foi um dos autores que empregou suas habilidades na proteção do cristianismo católico e na elaboração de comportamentos pertinentes aos cristãos católicos, inclusive aos clérigos. Neste artigo, investigo algumas das condutas que o milanês requeria destes clérigos. Tal análise tem como documento principal o tratado ambrosiano *De officiis*. Pergunto-me por que o autor exortou o público desta obra a permanecer em o silêncio e preservar a amizade? Para a análise proposta neste trabalho, considero que prática e teoria são inseparáveis na construção de modelos de conduta e que esta vinculação estava presente na obra ambrosiana.

Palavras-chave

Ambrósio de Milão; cristianismo católico; amizade; silêncio; tradição.

¹ Pós-doutoranda - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: janirapo@yahoo.com.br.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 107-123

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13920

Abstract

In the end of the 4th Century A.D, Ambrose, Bishop of Milan (374-397 A.D), was one of the authors that used his abilities in the protection of the catholic Christianity and in the elaboration of pertinent behaviors to the catholic Christians, including the clergymen. In this article, I investigate some of the conducts that the Milanese requested from these clergymen. Such analysis has its main document the ambrosian treaty *De officiis*. I wonder why the author exhorted the public from this work to remain silent and preserve fellowship? For the proposed analysis in this work, I consider that practice and theory are inseparable in the construction of examples of conduct and that this binding was present in the ambrosian work.

Keywords

Ambrose of Milan; catholic Christianity; fellowship; silence; tradition.

De pai para filho

A aceitação do cristianismo como uma das religiões romanas, proclamada por Constantino e Licínio no Edito de Milão de 313 d.C.², fortaleceu a realização de concílios e a elaboração de obras por parte de escritores eclesiásticos que tentaram estabelecer diretrizes para que o era “ser cristão” e determinar comportamentos para os clérigos que seriam os líderes destas comunidades religiosas. Na segunda metade do século IV, Ambrósio, bispo de Milão (374-397), foi um destes autores que colocou suas habilidades oratórias e de escrita para defender a crença católica como sendo a verdadeira fé cristã.

Neste caminho, o milanês redigiu várias obras convencionalmente classificadas em quatro categorias: exegética, dogmática, ascético-moral e diversas (sermões, hinos e cartas) (Davidson, 1992: 21). *De officiis*, livro que norteia a análise proposta neste artigo, é um tratado ascético-moral no qual o bispo buscou, especialmente, normatizar a conduta do clero que o rodeava. O combate à luxúria e à avareza, marcante neste tratado, evidenciou a influência que a filosofia estoica teve sobre o autor. O que não era uma exclusividade do pensamento ambrosiano, visto que, desde as origens dos movimentos dos seguidores de Jesus, o estoicismo ajudou a formular as crenças destas comunidades. O próprio apóstolo Paulo discursou em escolas estoicas de Atenas (*Atos* 17, 16-34). Nos cenários greco-romanos, o estoicismo formulou “certas verdades” às que o cristianismo acrescentou outras (Thamin, 1895: 443). Segundo Raymond Thamin (1895: 218), a moral estoica respondia aos propósitos ambrosianos e estava atrelada a uma psicologia que fundamentou os livros do bispo.

O uso da razão e o controle das paixões, diretrizes estoicas por excelência, foram requisitados diversas vezes pelo sacerdote milanês³. Além disso, ao longo de toda sua obra, o autor exortou sua audiência a realizar práticas virtuosas, baseadas especialmente na prudência, na justiça, na força e na temperança⁴. Uma vida fundamentada em virtudes também era exigida daqueles que se dedicavam ao estoicismo. Não desejo, neste artigo, investigar minuciosamente a influência da moral estoica no texto

² As datas deste artigo referem-se a Era Comum, por isso, deste momento em diante, dispensarei a abreviação “d.C.” em meu texto. As exceções serão marcadas pela abreviação “a.C.”.

³ Para citar apenas duas passagens: *Amb., De Off.*, I, 21, 97: “*Cavere igitur debemus, ne in perturbationes prius incidamus, quam animos nostros ratio componat.*”; I, 24, 105: “*Si enim appetitus rationi obediat.*”

⁴ *Amb., De Off.*, I, 24, 115: “*Quod his viris principalium virtutum officium defuit? Quarum primo loco constituerunt prudentiam [...]; secundo justitiam[...]; tertio fortitudinem [...]; quarto temperantiam.*”

ambrosiano, todavia, para entender as ideias do autor preciso conhecer seu contexto e sua formação. Sendo assim, para ampliar a compreensão do pensamento cristão de Ambrósio necessito considerar que seus argumentos estavam vinculados às ideias e práticas estoicas inerentes àquela comunidade na qual o bispo se integrava.

De officiis foi escrita entre 386 e 390⁵, anos em que Valentiniano II era o imperador das terras romano-ocidentais e que os laços entre o bispo e o governante se estreitavam, principalmente após os episódios do “Conflito das Basílicas” (385-386)⁶. Ainda nestes anos, ocorreram alguns enfrentamentos entre o sacerdote milanês e Teodósio, imperador dos territórios orientais do Império. Ou seja, ademais das questões religiosas, o bispo lidava com assuntos políticos essenciais à ampliação e à manutenção dos seus espaços de atuação e, conseqüentemente, dos seus espaços de poder. Nesta conjuntura, propagar os ideais de sua crença, ensinar sua audiência a ser cristã e instruir os clérigos a serem modelos e líderes, eram estratégias importantes para a legitimação do poder episcopal. Não excludo aqui, a confiança e os sentimentos que o milanês trazia consigo ao elaborar e proclamar seus discursos. Contudo, estes aspectos fogem à minha abordagem historiográfica que está centrada em uma visão político-cultural.

No momento em que se dedicava à redação do *De officiis*, Ambrósio já ocupava a cátedra episcopal há mais de dez anos e conhecia os problemas e benefícios que as atitudes dos clérigos traziam para a religião que defendia, o cristianismo católico. Este tratado é tido como a primeira monografia de ética cristã e é um dos textos mais importantes da literatura patrística, sendo bastante divulgado durante a Idade Média (Castillo, 2001: 299).

Neste tratado, o milanês destinou parte de sua atenção a um público amplo, ao demonstrar sua preocupação, por exemplo, com o resgate de prisioneiros (Amb. *De Off.*, II, 15, 70-71), com o mal tratamento oferecido aos estrangeiros (Amb., *De Off.*, III, 7), com a ganância dos comerciantes (Amb., *De Off.*, III, 9, 57-58) e com as fraudes dos contratos (Amb., *De Off.*, III, 10-11). Argumentos que comprovavam a preocupação do bispo com a moral de sua comunidade. Entretanto, a maior parte dos ensinamentos apresentados pelo milanês estava voltada à formação dos clérigos.

⁵ A data de redação desta obra não é concesso entre os estudiosos de Ambrósio. Aceito a datação proposta por Maurice Testard, Domingo Ramos-Lissón e Ivor John Davidson (Testard, 1984: 49; Ramos-Lissón, 2015: 15; Davidson, 1992: 29).

⁶ Sobre o “Conflito das Basílicas” ver: McLynn, 1994: 170-196.

Dentre os vários princípios que o milanês exigia dos clérigos, destaco o silêncio e a manutenção de laços de amizade. Por que um autor versado em oratória e retórica, que valorava o uso das palavras nos ensinamentos, requeria o silêncio dos líderes religiosos? Que tipo de convívio o milanês promovia ou reprovava ao exaltar a amizade? Estas perguntas e a noção de que prática e teoria são inseparáveis na construção de modelos de conduta nortearam a análise proposta neste artigo.

O tratado *De officiis* do clássico orador Marco Túlio Cícero foi a principal inspiração para a obra homônima de Ambrósio. Tal como Cícero endereçara seu livro a seu filho, Cratippus, o milanês compôs sua versão para seus filhos eclesiais: “E como fez Tulio para educar seu filho, também o faço para informar a vós, que são meus filhos.”⁷ Nesta afirmação, o autor assumiu a posição de pai, portanto, era o líder daquele grupo para o qual escrevia. Sua audiência eram seus filhos, ou seja, aqueles que deveriam respeitar a hierarquia proposta e obedecer ao pai, como acontecia nas casas civis romanas, onde os filhos obedeciam ao detentor do *pater familias*. Desta maneira, o milanês não só protegia seu espaço de liderança como fortalecia a ideia de uma ampla família que ia além dos laços sanguíneos e das particularidades regionais. Um discurso que, por sua vez, carregava consigo a noção da universalidade almejada pelo cristianismo católico.

É certo que o público ambrosiano desta obra era o clerical. Ivor John Davidson verifica que, nesta obra, o termo mais utilizado pelo autor para se dirigir à sua audiência foi “clérigo”, embora, por vezes, tenha se referido particularmente aos diáconos, aos presbíteros e aos sacerdotes. Este último termo foi empregado para tratar de padres ou presbíteros e do ofício episcopal. Sendo assim, Ambrósio “embraces all ranks of clergy in this teaching” (Davidson, 1992: 39).

O papel de pai assumido pelo bispo, assim como o uso dos verbos “educar” (*erudio*) e “informar” (*informo*) (Amb., *De Off.*, I, 7, 24) ressaltaram, logo no início da obra, a intenção que o autor tinha de ensinar sua audiência a como ser um cristão fiel e como evangelizar. Esta elaboração retomou a primeira frase do tratado: “Não penso ser arrogante, se entre filhos, receber a disposição do ensino.”⁸ Este tom educador esteve presente em toda a obra, o que reforçava a autoridade ambrosiana e, concomitantemente, seu espaço sociopolítico, uma vez que erigia em seu entorno um grupo no qual se destacava como líder. Observo que o poder episcopal necessitava ser

⁷ Amb., *De Off.*, I, 7, 24: “Et sicut Tullius ad erudiendum filium, ita ego quoque ad vos informandos filios meos.”

⁸ Amb., *De Off.*, I, 7, 24: “Non arrogans videri arbitror, si inter filios suscipiam affectum docendi.”

constantemente nutrido, visto que Ambrósio vivia um contexto em que muitos líderes solicitavam para suas crenças a noção de ser “a verdadeira fé cristã”. Simultaneamente, este discurso ambrosiano gerava e/ou sustentava comportamentos que deveriam ser seguidos ou rejeitados por seu público. Uma elaboração que auxiliava na identificação de tal grupo como cristão católico, defensor da Trindade Divina, e liderado por Ambrósio.

“Com o silêncio, podes estar seguro”⁹

Entre os comportamentos exigidos do clero católico pelo sacerdote milanês estava o silêncio. Entretanto, o bispo era um assíduo orador e promotor dos hinos durante suas missas. Conhecia, portanto, o poder que a palavra falada tinha na profissão de sua fé e na difusão dos ideais que protegia. Então, quando o silêncio era imperativo e solicitado por Ambrósio?

Para ele, era o silêncio que garantia a segurança, enquanto a fala levava à condenação: “Que necessidade tens de correr para o perigo da condenação, falando; quando, com o silêncio, podes estar seguro.”¹⁰ O milanês rejeitava a fala impulsiva, inapropriada. Para prevenir erros e atitudes viciosas, o autor exortava o silêncio. Noto, todavia, que a atenção ao silêncio almejada por Ambrósio não era uma novidade entre os círculos religiosos e filosóficos.

Vanderley Nascimento Freitas (2016) afirma que Plutarco elogiava o silêncio na busca pelo bem viver. Segundo Freitas (2016: 11), para aquele historiador e filósofo grego, o silêncio aparecia como um tratamento para a alma lesionada pelas paixões. Eni Orlandi (2007: 62) observou que Sócrates aludia à importância do silêncio para se alcançar o conhecimento e Pitágoras estabelecia, no mínimo, um ano de silêncio daquele que desejasse ingressar em seu círculo. Percebo, portanto, que entre os antigos gregos, o silêncio tivera um lugar de destaque entre aqueles que buscavam a reflexão. No mundo romano, o estoico Epiteto (*Encheirídion*, 33) já orientara seus discípulos a permanecerem em silêncio e, se necessário, falarem com poucas palavras.

Ambrósio esclareceu, ainda, que o silêncio não poderia ser fruto da apatia e que existia um momento correto para calar e outro para falar, como

⁹ *Amb., De Off.*, I, 2, 5: “*Cum tacendo possis esse tutior.*”

¹⁰ *Amb., De Off.*, I, 2, 5: “*Quid opus est igitur ut properes periculum suscipere condemnationis, loquendo; cum tacendo possis esse tutior?*”

recomendado em *Ecclesiastes* 3, 7 (Amb., *De Off.*, I, 3, 9). Para o milanês, o silêncio não deveria ser ocioso, este ato deveria ter um propósito.

Orlandi sugere que “quando não falamos, não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o ‘pensamento’, a introspecção, a contemplação, etc.” (Orlandi, 2007: 35). Sendo assim, o ato de ficar em silêncio potencializa a escuta de si e do outro e faz parte das experiências dos seres humanos. Sob este ponto de vista, ao requisitar o silêncio, Ambrósio propunha que sua audiência se dedicasse a contemplação e pensasse antes de agir, o que poderia contribuir para a reorganização das vivências humanas, baseada, então, nos ensinamentos do próprio bispo e daquela fé que ele considerava verdadeira.

Além da escuta de si, ao louvar o silêncio, o bispo promovia, entre os seus, a escuta dos outros. Este era um dos caminhos para a aprendizagem. De acordo com Ambrósio (*De Off.*, I, 2, 7), para que um jovem corrigisse seu caminho, era necessário primeiro calar-se e escutar, assim aprenderia as palavras de Deus. Embora os clérigos fossem, em grande parte letrados, eles haviam sido criados em uma sociedade em que poucos tinham acesso à leitura. Neste contexto, o conhecimento de normas, de “boas” e de “más” notícias dependia da escuta. Recordo que, para além dos clérigos, o tratado *De officiis* destinava-se a um público mais amplo, que nem sempre dominava as letras escritas. Observo, portanto, que tanto letrados como iletrados entendiam a necessidade de escutar os outros.

Diante do exposto, ressalto a valia do “silêncio negociador” (*negotium silentium*) promovido por Ambrósio (*De Off.*, I, 3, 9). O bispo destacou três exemplos deste tipo de silêncio: Susana, esposa de Joaquim, que havia sido falsamente acusada de adultério e decidiu calar-se e rezar a Deus ao invés de falar contra seus denunciadores; Davi, que vigiou sua língua; e Jesus, que se calou quando acusado de prometer destruir o templo de Deus para reconstruí-lo. Nos dois primeiros casos, as atitudes de Susana e de Davi demonstraram um silêncio benéfico ao serviço de Deus. No caso de Jesus, segundo a literatura cristã, seu silêncio seria responsável pela salvação dos seres humanos. Daí Ambrósio vincular estes silêncios à negociação, a experiências de ação, não à inatividade. Portanto, mesmo ao solicitar silêncio, o milanês incitava sua audiência a agir em favor do Deus cristão e da fé católica.

Embora os ensinamentos registrados em *De officiis* fizessem parte de um arcabouço teórico que fortalecia a validade da crença católica, eles exigiam práticas constantes dos clérigos e dos fiéis cristãos. Desta maneira, observo a importância da vinculação entre teoria e prática para a legitimação deste discurso e para a propagação desta religião. Por um lado, a teoria exposta

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 107-123
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13920

neste tratado reclamava ações. Por outro lado, as experiências compartilhadas por aquela comunidade em que Ambrósio estava inserido, impulsionara-o a refletir e formular teorias para seu público. Mesmo o silêncio exaltado pelo milanês era uma ação.

Este “silêncio negociador” ainda poderia evidenciar, de acordo com Ambrósio, a virtude da humildade. Em seu livro I do tratado *De officiis* (I, 48), o bispo registrou que Paulo e Davi, ao permanecerem em silêncio enquanto eram ofendidos, mostraram sua humildade, uma virtude imitada de Cristo em conformidade com a literatura cristã. O livro I deste tratado ambrosiano iniciou-se com a humildade e terminou com o perdão, duas virtudes cristãs que combinavam todos os vestígios do estoicismo (Thamin, 1895: 209). Sendo assim, o bispo trouxe para seus argumentos costumes comuns à tradição greco-romana, princípios importantes para a manutenção de uma determinada ordem sociopolítica. Nas obras de autores eclesiásticos, como Ambrósio, tais costumes ganharam interpretações condizentes com os objetivos dos discursos elaborados por estes escritores. Nos casos de Paulo e de Davi, destacado pelo milanês, esta humildade tinha sido evidenciada pelo silêncio dos personagens. Observo, novamente, o entrelaçamento entre teoria e prática, entre exemplos recolhidos das Escrituras, reorganizados pelo bispo em seu texto e a exigência da prática do silêncio e da demonstração de humildade. Estas elaborações, dispostas no discurso episcopal, geravam modelos de conduta e impunham o silêncio como um dos deveres de seus clérigos.

Apesar de Ambrósio se inspirar em livros ciceronianos, noto que o milanês constantemente selecionava seus exemplos de documentos considerados sagrados para os cristãos. Tais exemplos foram, entre outros, Cristo, Davi, Paulo e Susana anteriormente citados neste artigo. Já o clássico orador, empregara exemplos da história dos romanos e preocupava-se com os acontecimentos presentes que assolavam a República (Thamin, 1895: 196-199). Motivado a legitimar sua crença em seu contexto e fortalecê-la para o futuro, Ambrósio, por sua vez, criou modelos adequados aos seus objetivos e inspirados em exemplos consagrados na literatura e na cultura cristã que defendia, mostrando sua preocupação, especialmente, com a salvação dos clérigos e dos fiéis cristãos no pós-morte.

Nesta conjuntura os argumentos de autoridade ambrosianos estavam ligados à tradição das Escrituras, uma vez que o bispo julgava que “sua proveniência sagrada superava a sabedoria natural” (Pinheiro, 2013: 299). De acordo com o sacerdote, “a Sagrada Escritura é o banquete para a sabedoria”¹¹, sendo assim, era o documento soberano na aprendizagem

¹¹ Amb., *De Off.*, I, 32, 165: “*Scriptura divina convivium sapientiae est.*”

dos cristãos. No livro III de seu tratado *De Officiis*, Ambrósio ressaltou várias vezes a superioridade dos exemplos provenientes das Escrituras como relação aos ciceronianos (Davidson, 1992: 47). Ao buscar referências em documentos antigos e arraigados à tradição, o autor comprovava seus argumentos, fortalecia seu discurso e ampliava a validade de sua crença. Além disso, exaltar ideias e personagens já conhecidos por seu público facilitava a assimilação da mensagem e dos modelos propostos pelo milanês.

Para Ambrósio (*De Off.*, I, 4-5), o silêncio era, ainda, uma arma contra os inimigos invisíveis e visíveis. Aqueles eram os demônios, identificados no tratado ambrosiano pelo termo *adversarius* (I, 4, 15-16), uma expressão utilizada por muitos autores eclesiais para fazer referência a esta figura. Para o milanês (*De Off.*, I, 4), uma vez que muitos não conseguiam ver o demônio, a vigilância da boca deveria ser constante para que a ira desejada pelo inimigo não fosse alcançada. Conforme o bispo (*De Off.*, I, 5, 17), a ira, também, poderia ser excitada por inimigos visíveis, ou seja, por homens e mulheres que causavam prejuízos e despertavam provocações. Estes indivíduos receberam a alcunha de “pecadores” por parte do autor. Mais uma vez, a prática do silêncio era a solução para que o público ambrosiano não cedesse ao demônio nem se igualasse aos maus exemplos.

Tanto para tratar dos inimigos invisíveis como dos visíveis, o milanês contrapôs as paixões e a razão. De um lado, as paixões, representadas, entre outros elementos, pela ira, estava vinculada aos inimigos, ao mal, às atitudes erradas e que deveriam ser evitadas. De outro lado, o silêncio alimentava o uso da razão e a prática de costumes corretos. Para o milanês, portanto, havia dois princípios de ação: a razão e as paixões. Mais uma vez, os argumentos ambrosianos retomaram princípios da moral estoica para responder questões pertinentes ao ambiente cristão e estabelecer diretrizes comportamentais para a comunidade liderada por Ambrósio. Desta maneira, elementos propagados e amplamente aceitos dentro de uma determinada cultura romana foram elogiados e requisitados como princípios da fé católica e passaram a integrar elaborações discursivas que legitimavam tal crença e impunham condutas para clérigos e seguidores desta fé.

“A benevolência é fonte procedente da amizade”¹²

Outro tratado ciceroniano que inspirou o *De officiis* do bispo milanês foi a obra *De amicitia*. Redigida por Cícero em 44 a.C. e dedicada ao seu amigo Ático, este texto expunha a ideia de que a amizade ultrapassava a morte, visto que era possível alcançar a eternidade através da memória dos mortos. De acordo com Laura Corso de Estrada, em *De amicitia*, a partir da morte de Cipião Emiliano e da sabedoria de Sócrates, Cícero examinou “em um contexto propriamente helenístico de tradição estoica [...] se a morte é um mal” (Corso de Estrada, 2020: 144). Por certo, dentre os elementos herdados de culturas gregas, o conceito da *philia* aristotélica – que aludia à natureza prática da amizade – também estava presente no texto do clássico orador romano (Guastini, 2009: 36). Em conformidade com José Cretella Júnior (1999: 108), apesar de não se filiar a nenhuma escola filosófica, os escritos de Cícero mesclavam aspectos do platonismo com elementos do aristotelismo e do estoicismo.

Estas formas de entender o mundo influenciaram o pensamento ambrosiano – e não só devido as obras de Cícero, já que o bispo recebera, primeiro em Tréveris e depois em Roma, uma formação adequada aos jovens que desenvolviam atividades públicas. Todavia, quando trato de influências, tenho em mente que elementos tradicionais e noções literárias foram reelaboradas por Ambrósio para promover determinados comportamentos e atender os fins deste autor. O bispo não propunha exatamente o mesmo tipo de amizade exaltada pelo orador seguidor de crenças greco-romanas no século I a.C. Porém, buscou no tratado ciceroniano bases válidas para seu discurso. Desta maneira, pouco a pouco, o milanês elaborava sua teoria sobre os deveres e condutas do clero e dos fiéis cristãos nicenos. Uma teoria que, obviamente, Ambrósio desejava que fosse transformada em atividades práticas.

Para o bispo (*De Off.*, I, 33, 172), a amizade procedia da benevolência, por isso uma pessoa seria capaz de suportar perigos mortais por um amigo. Benevolência era um dos elementos constituintes da amizade ciceroniana: “A amizade nada mais é, com efeito, que um entendimento perfeito em todas as coisas, divinas e humanas, acompanhado de benevolência e caridade mútuas”¹³. Percebo que a prática da benevolência nas relações de amizade almejadas por Cícero ainda era essencial para a comunidade romana em que Ambrósio atuava como um líder não só religioso como

¹² Amb., *De Off.*, I, 33, 172: “*Nam cum amicitia ex benevolentiae fonte procedat.*”

¹³ Cic., *De amic.*, VI, 20: “*Est enim amicitia nihil aliud nisi omnium divinarum huma narumque rerum cum benevolentia et caritate consensio.*”

sociopolítico. Por isso, a retomada da noção ciceroniana respondia à demanda episcopal.

Segundo José Miguel Serrano Delgado (1999: 175), a amizade é um fenômeno social diverso que esclarece vários aspectos da vida privada e pública romana. Quando Ambrósio requeria dos clérigos a preservação da amizade baseada na benevolência exaltava não só o sentimento de bondade, mas, também, uma prática que aproximava as pessoas, criava vínculos e proporcionava a união de uma comunidade. Aquele que era benévolo, deveria inspirar outros a agirem desta forma. Assim, os laços de amizade se expandiam, visto que, de acordo com o bispo, nasciam da benevolência, e ampliavam a família religiosa protegida e conduzida pelo autor. Nesta conjuntura, a amizade incitada por Ambrósio não era apenas uma questão individual e privada, era, pois, um assunto público, já que amizade unia os clérigos e formava um grande grupo responsável por propagar as condutas e os ensinamentos cristãos. Tal grupo, que, por sua vez, aceitava as palavras ambrosianas, corroborava o poder episcopal e a validade da crença cristã católica.

Ambrósio insistiu na construção discursiva ciceroniana (*De amic.*, VI, 20) que ligava amizade à benevolência e à caridade. O sacerdote persuadia seu público a praticar a caridade comum através da retribuição do amor àquele que lhe demonstrasse este sentimento: “De fato, para estimular a caridade comum, o mais proveitoso é devolver esse amor àqueles que nos amam e demonstrar que não se ama menos do que somos amados, e torná-lo acessível com exemplo de fiel amizade”¹⁴. Esta retribuição do amor já havia sido requerida pelo clássico orador com os mesmos verbos reapropriados por Ambrósio: *amare* (amar) e *redamare* (devolver o amor) (*Cic.*, *De amic.*, XIV, 49).

Além da clara influência da obra ciceroniana, observo no contexto de Ambrósio, a necessidade de ressaltar que o amor gerava laços de reciprocidade. Na obra ambrosiana, “caridade” e “amor” foram reunidos no mesmo parágrafo da “amizade fiel”. Neste caso, concordo com a afirmação de Daniele Guastani (2009: 38, 41) de que o cristianismo baseou sua doutrina no amor e na fraternidade, desta maneira, enquanto os seguidores das crenças greco-romanas amavam somente seus iguais, os cristãos perfeitos amavam também seus inimigos.

¹⁴ *Amb.*, *De Off.*, II, 7, 37: “Etenim ad incentivum charitatis communis plurimum proficit, si quis vicem amantibus reddat, nec minus redamare se probet, quam ipse amatur, idque amicitiae fidelis pateat exemplis.”

Princípios ligados à equidade, ao patronato e ao clientelismo regiam a maioria das relações antigas de amizade, sendo, estas, até mesmo administradas por documentos jurídicos. A equidade era, inclusive, uma das condições da amizade ciceroniana (*De amic.*, V, 19), juntamente com a fé, a integridade e liberalidade. É certo que não posso excluir o papel dos afetos envolvidos nestes relacionamentos nem generalizar todas as amizades a interesses político-administrativos. Afetos são inerentes à natureza humana! Todavia, deixo para um trabalho futuro um estudo dos sentimentos na história proposto, no Brasil, no livro editado por Marion Brepohl, André Mendes Capraro e Renata Senna Garraffoni (2012). No atual artigo, opto por compreender a força sociopolítica que as elaborações ambrosianas ofereciam ao cristianismo católico e aos seus seguidores.

Sob este ponto de vista, discordo de Guastini quando o autor menciona que o cristianismo “iniciou um novo caminho para o conceito de amizade, em grande parte sem relação com a história da evolução e decadência do conceito clássico de *philia* até ser reduzido a uma forma de relação privada” (2009: 38)¹⁵. Como venho examinando ao longo deste artigo, a natureza prática da *philia* aristotélica e muitas das vinculações da *amicitia* ciceroniana pululavam no texto ambrosiano, porém, receberam características tidas como cristãs para promover um discurso favorável a um grupo liderado pelo bispo de Milão. E aqui retomo a notação de Thamim (1895: 443) quanto a “certas verdades” que estavam enraizadas à cultura romana e que foram cristianizadas. Ao solicitar a reciprocidade da amizade e apresentar esta prática como “amizade fiel” (*Amb., De Off.*, II, 7, 37), Ambrósio ampliava e fortalecia o grupo de cristãos para o qual escrevia/falava. Tal união concedia mais espaço de atuação para este grupo e para aquele que o conduzia. Sendo assim, não percebo que o cristianismo tenha reduzido a amizade a “uma forma de relação privada”, como sugeri Guastini (2009: 38).

Ainda ao tratar da união conquistada pelos laços de amizade, Ambrósio salientou a ideia de que os cristãos faziam parte de um mesmo corpo. Noção explicitada nos *Atos dos Apóstolos* (4, 32) e um dos pontos centrais da moral estoica (Castillo, 2001: 308). Para Cícero (*De Off.* I, 17, 56), a união de todos em só corpo seria alcançada através das virtudes, fazendo com que os indivíduos que as possuísem fossem amados, sendo, ainda, mais

¹⁵ Neste trabalho, não examino minha discordância com relação aos conceitos “evolução” e “decadência” apresentados pelo autor. Esclareço, apenas, que baseio meus estudos nos conceitos de “reelaboração” e de “transformação” e em metodologias que analisam o século IV d.C. pelo viés da Antiguidade Tardia. Para mais informações sobre o assunto, sugiro a leitura das obras de Peter Brown (1972), Henri-Irenee Marrou (1979) e Renan Frighetto (2012).

fáceis de amar aqueles com quem se compartilhasse os bons costumes, os mesmos interesses e os mesmos gostos. Em concordância com o orador, esta vinculação resultava na amizade indicada por Pitágoras. Seguindo os passos ciceronianos, Ambrósio (*De Off.*, I, 33, 172) exaltou os laços de amizade entre aqueles que eram iguais (“*pares nobis*”). Entretanto, o milanês selecionou especialmente duas virtudes consideradas, para ele, supremas na união de todos os cristãos em um só corpo:

Violenta-se a natureza do gênero humano e a congregação da santa igreja, que cresce como um corpo conexo ligado pela unidade da fé e da caridade.¹⁶

Ele [o apóstolo Paulo] fala para aqueles que a caridade havia unido como um só corpo.¹⁷

Enquanto o discurso ciceroniano enfatizava a amplitude das virtudes para a composição de um corpo único benéfico aos interesses da *Res publica*, as elaborações ambrosianas destacaram a fé e a caridade como virtudes essenciais para a formação do corpo que formaria os servidores do Deus cristão católico.

A fé (*fides*) era uma antiga virtude romana, símbolo da confiança recíproca entre os governantes e seus governados. Em época imperial, uma relação baseada na fé ordenava que todos cumprissem seu papel em benefício da manutenção do Império (Rodríguez Gervás, 1991: 80). Na cultura cotidiana, a fé estava relacionada à fidelidade da palavra, a um juramento feito. Assim foi usada por Cícero, por exemplo, na passagem: “Porque o que foi dito, solicita fé.”¹⁸

Já Ambrósio e outros autores eclesiásticos fizeram da fé o elo entre os seguidores de Deus e esta divindade. Desta maneira, transformaram a tradicional ligação entre seres humanos em uma virtude que atrelava cada indivíduo ao Deus cristão, oferecendo a esta virtude um caráter teológico. Ao apontar a fé como um dos princípios para a união dos cristãos em um só corpo e exigir do seu público ações guiadas pela fé, o milanês fortalecia este elemento uma vez mais, tornando-o não só constante em seus discursos, mas, também, exaltando sua prática.

Além da fé, segundo o bispo, a caridade era necessária para a formação de um único corpo de cristãos. A noção de caridade suscitava a distribuição das riquezas, assim, os membros mais abastados e os mais pobres da

¹⁶ Amb., *De Off.*, III, 3, 19: “*Violatur natura generis humani, et sanctae ecclesiae congregatio, quae in unum connexus corporis atque compactum unitate fidei et charitatis assurgit.*”

¹⁷ Amb., *De Off.*, III, 22, 128: “*Dicit enim his quos ejusdem corporis complexa est charitas.*”

¹⁸ Cic., *De Off.*, I, 7, 23: “*Quia fiat quod dictum est, appellatam fidem.*”

comunidade cristã compartilhavam da mobilização destes bens (Brown, 1999: 48-49). Neste caso, recupero a ideia de Guastani (2009: 38, 41) quanto a centralidade do amor e da fraternidade para uma doutrina cristã. Através da caridade, um cristão rico demonstrava seus serviços a Deus e o amor a seus irmãos de religião, enquanto estes, menos abastados, vinculavam-se a esta ação ao serem ajudados. Organizando este movimento, estavam líderes eclesiásticos que, como Ambrósio, elaboravam e professavam estes discursos, exaltavam iniciativas caridosas e administravam os bens comunitários.

Os argumentos selecionados por Ambrósio para solicitar de seus clérigos e de seus seguidores a constituição de laços de amizade, concebiam a associação de todos estes cristãos em um só corpo, formando um amplo grupo, para além dos laços de sangue e para além das equidades sociopolíticas. Nesta conjuntura, observo que apenas das semelhanças entre a amizade proposta por Cícero e por Ambrósio, citadas anteriormente, a relação de amizade almejada pelo milanês extrapolava a equidade sociopolítica ciceroniana. Portanto, quando o bispo promovia a amizade entre iguais (Amb., *De Off.*, I, 33, 172: “*paris nobis*”) estes “iguais” já não integravam apenas a aristocracia romana e os homens públicos que ordenavam as comunidades sociopolíticas, aos moldes da antiga tradição greco-romana. Estes indivíduos também eram contemplados na amizade ambrosiana e, a eles, juntavam-se mulheres e os membros menos abastados daquelas comunidades, formando, assim, um único corpo que servia ao Deus cristão católico.

Esta família alargada, ligada por laços de amizade, condensada na ideia de um grande número de cristãos que formavam um só corpo, expandia tanto a participação sociopolítica deste grupo como o poder de Ambrósio, uma vez que era ele quem provia a organização destas pessoas sob suas palavras e seus cuidados. Reitero que os discursos ambrosianos revelavam inquietações e desejos do autor com relação a clérigos e cristãos. Dúvidas e acontecimentos cotidianos moviam esta escrita. Então, a prática impulsionava a elaboração de teorias sobre a amizade e o silêncio. Tais argumentos teóricos, por sua vez, exaltavam ações específicas do público ambrosiano que era estimulado a silenciar-se e refletir antes de agir e a ligar-se a seus semelhantes de fé.

Considerações finais

Embora as obras ciceronianas e a moral estoica tenham influenciado a reflexão ambrosiana a respeito das obrigações do clero católico, o milanês

reelaborou a necessidade de silêncio e a importância dos laços de amizade para responder às necessidades da religião cristã católica por ele professada. Observo que esta operação, significativa no período de fortalecimento desta religião, ocorreu de acordo com tradições discursivas já estabelecidas na cultura greco-romana e cristã, integrando nos argumentos ambrosianos princípios como caridade, benevolência e fé e exemplos da literatura cristã.

Neste caminho, a emprego de passagens das Escrituras e das ideias consagradas de Cícero por parte do milanês forneciam ao bispo a autoridade necessária para que sua obra fosse bem recebida e, simultaneamente, facilitavam a compreensão da mensagem ambrosiana por sua audiência, visto que estas eram noções já conhecidas.

Ao exaltar o silêncio e a amizade, teoria e prática, tradição e reelaboração se mesclaram nos argumentos do bispo para elogiar e impor determinados comportamentos, especialmente, àqueles que deveriam ensinar os princípios da fé católica. Por um lado, o silêncio incitava a reflexão e garantia a segurança daquele que pensava antes de agir. Por outro lado, a amizade criava condições para que os cristãos se unissem e formassem um grande grupo que reivindicaria a validade de sua crença. No centro de tudo isso, Ambrósio garantia seu papel de educador e, por conseguinte, de líder daquela comunidade. Por isso, entendo que tal discurso estimulava condutas benéficas tanto para a legitimação da religião católica como para o fortalecimento do poder do próprio bispo.

Referências bibliográficas

Documentos

AMBROSIO. *De officiis ministrorum Libri Tres*. In: MPL016, col. 0023B – 0184B. Disponível em: https://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0339-0397,_Ambrosius,_De_Officiis_Ministorum_Libri_Tres,_MLT.pdf. Acesso em: 23/02/2021.

AMBROSIO. *Les Devoirs*. Texte traduit et annoté Maurice Testard. Vol. I. Paris: Les Belles Lettres, 1984.

AMBROSIO. *Los deberes*. Introducción, traducción y notas de Domingo Ramos-Lissón. Madrid: Ciudad Nueva, 2015.

Bíblia de Jerusalém. Coordenadores: Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo Ana Flora Andreson. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

CÍCERO. *De Officiis*. The Loeb Classical Library. London: William Heinemann; New York: The MacMillan Co., 1921. (Edição bilingue)

CÍCERO. *Sobre a amizade (De amicitia)*. Tradução, introdução e notas de João Teodoro d'Olim Marote. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006. (Edição bilíngue)

EPITETO. *Encheirídion*. Introdução, tradução e notas Aldo Dinucci e Alfredo Julien, São Cristóvão: Primeira Edição, 2012. (Edição bilingue)

Bibliografia:

BREPOHL, Marion; CAPRAROM, André Mendes; GARRAFFONI, Renata Senna (eds.). *Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções*. Curitiba - Editora da UFPR, 2012.

BROWN, Peter. *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

BROWN, Peter. *O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CASTILLO, Carmen. *La cristianización del pensamiento ciceroniano en el De Officiis de San Ambrosio*. Anuario Filosófico, nº 34, 2001, p. 297-322.

CORSO DE ESTRADA, Laura. *De amicitia en Roma: la tradición ciceroniana*. Stylos, nº 29, p. 138-155.

CRETELLA JUNIOR, José. *Curso de Filosofia do Direito*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DAVIDSON, Ivor John. *A Commentary on the De Officiis of St. Ambrose*. Vol. I. Thesis presented for the Degree of Doctor of Philosophy. Department of Classics, Faculty of Arts, University of Glasgow, 1992.

FREITAS, Vanderley Nascimento. *O exercício do silêncio como terapia da alma na filosofia de Plutarco*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

FRIGHETTO, Renan. *A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

GUASTINI, Daniele. *Il concepto di philia: Aristotele e la posterità*. Acta Philosophica. Vol I, nº 18, 2009, p. 27-42.

MCLYNN, Neil B. *Ambrose of Milan: Church and Court in a Christian Capital*. Berkeley: University of California Press., 1994.

MARROU, Henri-Irenne. *Decadência romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Editorial Aster, 1979.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. *Cristianismo e ecclesia na passagem da Antiguidade Tardia para a Idade Média*. Revista História e Cultura, Franca-SP, v. 2, nº 3 (Especial), 2013, p. 297-317.

SERRANO DELGADO, José Miguel. *Documentos adicionales relativos a la amicitia*. Habis, nº 20, 1999, p. 175-184.